



Na Mídia

06/06/2023 | [Hardware](#)

Marco legal dos games é um retrocesso incalculável, diz Abragames

William R. Plaza



A Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos (Abragames) emitiu um comunicado repudiando o texto atual do Projeto de Lei 2.796/2021, também conhecido como Marco Legal dos Games.

O projeto original é de autoria do deputado Kim Kataguiri (União Brasil), e já foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro do ano passado. Nesta terça-feira (6), o texto foi aprovado pela *Comissão de Assuntos do Senado*, e ainda precisa passar pelo plenário. Caso o texto seja alterado, o PL retorna para a Câmara, a fim de determinar uma nova apreciação. Se nenhuma mudança for proposta, sege para a sanção do Presidente.

A Abragames se posicionou contra o texto atual. “*O PL 2.796/2021 tenta estabelecer um marco legal de jogos que não considera o setor de games como um todo. Não é efetivo. Não representa o setor. Não atende os interesses dos desenvolvedores brasileiros e ainda gera uma série de inseguranças para profissionais, empreendedores, empresas do segmento e investidores*”.

A associação defende a alteração do texto, e frisa que o relator do PL, o senador Irajá (PDS-TO) precisa ouvir a indústria.

“A Abragames defende melhorias no texto para que ele represente de fato o que é essencial à indústria, como a diminuição das burocracias para a importação de materiais, maior assistência regional e federal aos estúdios, e ações concretas que ajudem no desenvolvimento da indústria brasileira de jogos eletrônicos, sem distinção de gênero. Os games podem e devem ser mais acessíveis a todos os públicos.

O escritório de advocacia Demarest preparou um manual com informações sobre as diversas modalidades de jogos e apostas — permitidas ou proibidas por leis esparsas que abordam diferentes temas — e os diferentes projetos de leis em tramitação, que buscam criar regras e viabilizar a exploração de alguns tipos de jogos e apostas no Brasil. Confira abaixo:

QUAIS SÃO OS JOGOS E APOSTAS PERMITIDOS E PROIBIDOS?

Modalidade de jogo/apostas	Legal ou Ilegal? (Lei das Contravenções Penais, art. 5º)	Existe regulamentação (ainda que pendente)?	Modalidade de jogo/apostas	Legal ou Ilegal? (Lei das Contravenções Penais, art. 5º)	Existe regulamentação (ainda que pendente)?
 Jogos de Azar ⁴	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 5º)	PL nº 442/1991 PLS nº 2648/2019 PLS nº 4495/2020 PLS nº 186/2014	 Jogo do Bicho	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 5º)	PL nº 442/1991 PLS nº 186/2014
 Bingo	Legal (Desde que atenda às exigências legais)	Lei nº 9.981/2000	 Loteria	Legal (Serviço público – Monopólio da Caixa Econômica Federal/ União – discussões no judiciário para exploração no âmbito estadual)	Decreto Lei nº 204/67 Lei nº 13.756/18 Decreto nº 6.259/44
 Poker	Legal	PL nº 442/1991	 Cassino	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 5º)	PL nº 442/1991 PLS nº 2648/2019 PLS nº 4495/2020 PLS nº 186/2014
 Apostas em corrida de cavalos	Legal (Desde que atenda às exigências legais e somente em hipódromos autorizados ⁵)	Lei nº 7.291/84 Decreto nº 96.993/88	 Apostas sobre qualquer outra competição esportiva	Ilegal (Lei das Contravenções Penais, art. 5º)	É considerado um jogo de azar
 Apostas de quota fixa (apostas esportivas)	Legal (Pendente de regulamentação para ser devidamente explorada)	Lei nº 13.756/18, também conhecida como a “Lei das Apostas Esportivas”	 Jogos Eletrônicos	Legal (Desde que não sejam jogos de azar, como máquinas de caça-níquel)	PL nº 2796/2021

⁴ A Lei das Contravenções Penais considera jogo de azar como: (i) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusivamente ou principalmente da sorte; (ii) as apostas sobre corrida de cavalos **fora de hipódromo** ou de local onde sejam autorizadas; (iii) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

⁵ São possíveis as captações de apostas por meios virtuais, desde que por canais oficiais e operados diretamente pelos hipódromos autorizados, com sistemas auditáveis de controle, nos termos do parecer do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”).

A principal crítica da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos é a forma parcial com que os jogos são tratados no texto.

“Por que o texto leva em conta quase que exclusivamente os interesses dos fantasy games, e não de todos os demais tipos de jogos (que são a imensa maioria)? Beira o absurdo um projeto de lei que deveria definir, considerar exclusivamente os interesses de menos de 5%. No melhor momento da história da indústria nacional de desenvolvimento de games, quando o Brasil figura no topo da lista dos países com maior atenção do mercado internacional e recebe reconhecimentos jamais vistos, em um período de crescimento exponencial dos estúdios brasileiros e cada vez mais investimentos, aprovar o mercado legal da forma como está é um retrocesso incalculável”.

